

OS LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DA OFENSIVA DO CAPITAL FINANCEIRO: NOTAS SOBRE O BRASIL E OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

Henrique T. Novaes¹

1 INTRODUÇÃO

Não foi e não será no ciclo “neodesenvolvimentista” em que vive parte da América Latina que se realizará a luta pela construção de uma sociedade governada pelos produtores livremente associados. Longe disso, as políticas públicas de economia solidária na região não passam de políticas que permitem que o cooperativismo e o associativismo de trabalhadores apenas se tornem funcionais à atual fase do capitalismo financeirizado e atuem nas franjas do modo de produção dominado por grandes corporações transnacionais.²

É verdade que algumas dessas políticas trazem positivities no que se refere à criação das condições gerais de produção e de reprodução de um potencial sistema autogestionário: política de crédito, subsídios, educação e qualificação para o trabalho associado, política científica e tecnológica, política de compras etc. Isso pode ser atestado quando, mesmo diante do avanço da barbárie no lulismo, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), consegue imprimir algumas marcas no Estado brasileiro, ainda que bem modestas, demonstradas pelo próprio censo do cooperativismo popular no Brasil, pelo fortalecimento de cooperativas populares já existentes, pela criação e pelo fomento de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), pela criação de centros de formação em economia solidária, pela política nacional para os catadores de materiais recicláveis, pela política agroecológica, entre outras. No entanto, tais políticas são ínfimas e marginais em relação à atuação do Estado, tendo em vista a criação das condições gerais de produção e de reprodução do capital financeiro e da turbomercantilização da região.

Mesmo em países como Venezuela, Equador e Bolívia, que tentaram implementar políticas de economia solidária distintas, em alguma medida, em relação ao Brasil, à Argentina e ao Uruguai (Novaes e Lima Filho, 2007; Azzellini, 2012), os resultados ainda são bastante modestos e devem ser melhor avaliados.³ Tudo leva a crer que um salto qualitativo da autogestão e do cooperativismo na região dependerá de uma ruptura

1. Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (FAC/Unesp) e professor no Programa de pós-Graduação em Educação desta faculdade. *E-mail*: hetanov@yahoo.com.br.

2. Para saber mais sobre a financeirização da economia, ver Chesnais (2009), Moraes (2013), Arantes (2010) e Fix (2011).

3. Na Bolívia, inúmeros pesquisadores têm questionado o padrão de dominação imposto pelo governo Morales. O Uruguai, farol da América Latina e campeão em experimentação, conseguiu efetivar ações no campo das liberdades democráticas, tais como direito à interrupção da gravidez, casamentos homoafetivos, uso e produção moderada de maconha. No país, deve-se destacar também as ações históricas da Federação Uruguaia Cooperativismo e Ajuda Mútua (FUCVAM) no campo do cooperativismo habitacional. Para o caso uruguaio ver, entre outros, Nahoum (2012).

política encabeçada pelos movimentos sociais anticapital, que certamente questionarão os limites da proposta cooperativista dos governos “neodesenvolvimentistas”.

No Brasil, não é difícil descrever e refletir sobre a filosofia da política pública de economia solidária dentro das ações mais amplas do governo Lula-Dilma: uma política marginal e incapaz de alterar as condições de enfrentamento ao domínio do capital financeiro sobre o Estado brasileiro. Novaes e Lima Filho (2007) chamam esta política de uma espécie de “pedra protossocialista num colar pró-capital financeiro”.

Dentro de um projeto republicano mais radical, depois de um grande impulso a um modelo de cooperativismo quantitativista e feito a toque de caixa, hoje na Venezuela restam apenas alguns fragmentos de cooperativismo e de autogestão autênticos.⁴ Para entender esses limites, se poderia citar nesta introdução a relação estabelecida entre o Estado e as fábricas ocupadas venezuelanas. Na Venezuela, os representantes das fábricas ocupadas, estatizadas e similares, são indicados pela burocracia estatal, o que não é um bom sinal.

Na Argentina, o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (Inta), o Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (Inti), o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), entre outros, construíram políticas razoáveis para o desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo, mas estas não podem ser consideradas nem de perto políticas comprometidas com a emancipação do trabalho (Novaes, Serafim e Dagnino, 2007 e 2009; Ruggeri, 2012).

Depois desta breve introdução, na próxima seção será apresentado o papel das políticas de economia solidária no “neodesenvolvimentismo” lulista.

2 AS POLÍTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DIANTE DO PACTO DE DOMINAÇÃO “NEODESENVOLVIMENTISTA” DO LULISMO

Quando da eleição de Lula, com a divulgação da “carta ao povo brasileiro”, na verdade uma carta ao capital financeiro, ainda pairava na sociedade alguma alegria popular e a esperança de uma mudança. Afinal, havia sido eleito um operário que poderia representar os anseios do povo. Oliveira (2004) pergunta se existia a possibilidade de ruptura ou se ela foi apenas uma ilusão eleitoral. Com o benefício do tempo, pode-se verificar que se tratou de uma ilusão eleitoral, pois a ascensão do lulismo ao poder não representou uma ruptura histórica com a ditadura do capital sobre a sociedade brasileira.

O desafio de iniciar uma transição rumo a uma sociedade voltada para a satisfação das necessidades humanas, autogovernada pelos produtores associados, não entrou e dificilmente entrará na pauta do governo petista, seja pelas dificuldades da atual conjuntura internacional da luta de classes, seja pelo abandono de grande parte do partido, da perspectiva de transição socialista. Para os autores, essa questão tem ligação direta com as possibilidades e os limites que se estabeleceram no Brasil para o campo de organização popular e luta social denominado como “economia solidária”.

De imediato já se poderia adiantar que o governo Lula atribuiu um papel pouco estratégico à economia solidária. A espinha dorsal deste governo foi a reprodução ampliada do capital financeiro e a continuidade da superexploração do trabalho, combinada com programas sociais e de distribuição tópica de renda a setores empobrecidos.⁵

4. Ver, entre outros, Azzellini (2012). Isso não significa dizer que não se teve avanços republicanos e populares na Venezuela. Pode-se destacar as políticas de participação popular antitecnocráticas, a mudança constitucional, as inúmeras “missões” venezuelanas no campo da saúde, educação etc.

5. Hoje é possível dizer que o ciclo lulista se esgotou em junho de 2013, quando a tampa da panela que já vinha aquecendo definitivamente “explodiu”. Isso significa dizer que o arranjo que sustentou este governo durante doze anos terá muito mais dificuldade de se manter.

Mesmo que tenham criado a Senaes, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o MDS, os governos Lula e Dilma claramente representam os setores financeiros, latifundiários, oligopolistas e transnacionais do capital para assegurar a “governabilidade”. Na avaliação de Oliveira (2004), o governo Lula se apresentou como a fusão de dois grupos de poder, ou melhor, a formação de uma nova classe social. De um lado têm-se técnicos e intelectuais vestidos de banqueiros – Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – e, de outro, a elite dos trabalhadores que se transformou em operadora dos fundos de previdência, núcleo do Partido dos Trabalhadores (PT). Mas, o que une estes dois grupos, alguém poderia perguntar? A resposta é o acesso e o controle dos fundos públicos.

Há uma nítida continuidade da política econômica de corte neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Fazendo um prognóstico do que seria o governo Lula, Oliveira (2004, p. 40) escreve que o que iria se impor no futuro imediato é a continuação da política econômica de FHC, enfeitada com uma política social tipo Fome Zero e, posteriormente, Bolsa Família. O autor afirma também que o Brasil vive uma espécie de “hegemonia às avessas”, em que os dominados ou os seus representantes podem assumir o comando moral do país desde que não toquem nos fundamentos econômicos da dominação.

Lula não freou a utilização de medidas provisórias como forma de garantir a reprodução política do sistema, um belo sintoma da continuidade com os decretos-lei da ditadura e com as medidas provisórias de FHC. Ocorreu, em 2004, a descoberta de que o governo também se utilizava de um velho expediente, do mecanismo de compra de parlamentares, o chamado Mensalão, um belo exemplo de quão podres estão as instituições brasileiras, particularmente a Câmara.

O governo Lula cumpriu rigorosamente os contratos com o capital. No ano de 2006, o Brasil pagou R\$ 275 bilhões de dívida externa. Em 2007, foram pagos R\$ 180 bilhões. O número absoluto da dívida externa não quer dizer nada, mas se for comparado com os investimentos do governo em saúde e educação, passa a ser representativo do peso de uma dívida que já foi paga milhares de vezes. Uma reforma da previdência mais regressiva que a de FHC foi implementada. Também foi presenciada a desconstrução da tímida legislação social (Antunes, 2007) e o reflorescimento do sindicalismo corporativista.

Nessa esteira, tivemos a privatização de aeroportos, rodovias e portos. O crescimento das “parcerias público-privadas”, rios de fundos públicos para colocar alunos de baixa renda em universidades particulares – Programa Universidade para Todos (Prouni) – e mares de fundos públicos para as empreiteiras ligadas ao Minha Casa Minha Vida, usinas hidrelétricas do Rio Madeira (Rondônia), Belo Monte (Pará) etc. compõem o arsenal de políticas pró-capital que certamente afetam o contorno da política pública de “economia solidária”.

Em que reside a novidade do governo lulista ou a descontinuidade do lulismo? Na política de geração de empregos, no Bolsa Família para anestesiar a miséria e no estímulo a um padrão de consumo dos trabalhadores brasileiros que não condiz com as possibilidades do povo. Para resumir, o recém-falecido e grande militante Plínio de Arruda Sampaio chamou as políticas do governo Lula de “melhoristas” (Sampaio, 2005). Melhorou-se em alguma medida em relação ao governo FHC, mas melhorar está longe de resolver a questão social brasileira. Melhoraram-se as taxas de emprego do país, as condições habitacionais, de matrícula no ensino superior, assim como

houve uma mais que tímida distribuição de renda.⁶ Boito Júnior (2003) avalia que o governo Lula seguiu uma trajetória neodesenvolvimentista:

O neodesenvolvimentismo, quando comparado ao desenvolvimentismo do século passado, a) apresenta taxas de crescimento econômico bem mais modestas; b) confere importância menor ao mercado interno, isto é, ao consumo das massas trabalhadoras do país; c) dispõe de menor capacidade de distribuir renda; d) aceita a antiga divisão internacional do trabalho, promovendo uma reativação, em condições históricas novas, da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; e) é dirigido politicamente por uma fração burguesa, a qual nós denominamos burguesia interna, que perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista (Boito Júnior, 2003, p. 10).

É com esse pano de fundo de um pacto ornitórrinco que deve-se analisar o desenvolvimento das políticas da economia solidária no Brasil. Para os autores, diferentes projetos de sociedade tentaram conviver nos governos Lula-Dilma, mas um deles prevaleceu. O projeto que prevaleceu está alicerçado, por um lado, na reprodução do capital financeiro, expropriando as riquezas do país e, por outro, em uma constelação de programas sociais tópicos, tendo no Programa Bolsa Família seu eixo central para amortecer a miséria e evitar a explosão de conflitos sociais, conforme se viu nas linhas anteriores. O projeto que perdeu a luta mesmo antes da eleição de Lula foi o projeto capitaneado por Paul Singer. Alguns meses depois, quando Singer já era secretário da Senaes, este tentou esferpear por um estilo alternativo de desenvolvimento para o país.

O bloco de poder que venceu essa batalha via o “desenvolvimento solidário” como um simples trampolim para levar os desempregados a ingressarem no mercado de trabalho em uma conjuntura mais favorável ou, pior que isso, uma espécie de colchão amortecedor da miséria brasileira. Embora a intenção não seja desenvolver tais questões neste artigo, estas foram mencionadas porque ajudam a entender as contradições que emergem do processo de elaboração das políticas públicas para a promoção da economia solidária.⁷

Na realidade, o Estado realiza as tarefas necessárias à reprodução do capital, tarefas estas definidas pelas frações burguesas no poder: burguesia colonial exportadora, burguesia nacional anticolonial e industrializadora e, por fim, burguesias coloniais subordinadas ao capital financeiro nativo e forâneo, modernizadoras, nacionalistas pró-imperialistas, liberais e liberal-sociais (Novaes e Lima Filho, 2007).

3 LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Entre os limites das políticas criadas, Dagnino e Novaes (2007) e Novaes (2010) observaram a pouca atenção dada ao tema da adequação sociotécnica, isto é, a necessidade de adequar a tecnologia convencional para os propósitos dos movimentos sociais. Dagnino e Novaes (2007) observaram que Paul Singer – secretário de Economia Solidária – parte de uma concepção neutra e evolucionista da tecnologia e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) se nega ao diálogo com a economia solidária e com a Senaes, e isso pode ser um sintoma da baixa integração entre a política científica e tecnológica e a política de promoção

6. No entanto, esse padrão de dominação também trouxe algumas consequências. Nos últimos anos muitos intelectuais têm questionado este padrão de dominação observando o padrão de exploração da força de trabalho nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – usinas hidrelétricas, construção de habitações, estádios etc. –, o endividamento das famílias para adquirir a casa própria, a indução alienante ao consumo de bens da “classe média”, a ausência de uma política de reforma agrária, a decadência da política educacional e sua mercantilização, entre tantas outras.

7. Para uma descrição detalhada do conteúdo e da forma das políticas de economia solidária, ver Cruz (2006), Schwengber (2006), Faria (2005), Benini et al. (2012), entre outros.

do associativismo. Nesta linha, Bagatolli (2008) observou que o MCTI brasileiro gasta somente 1% do orçamento em tecnologias sociais.

Em relação à inserção das universidades, mais recentemente a política de editais do Programa de Extensão Universitária (PROEXT), do Ministério da Educação (MEC), tem possibilitado que diversos grupos de pesquisadores, técnicos e estudantes se aproximem do cooperativismo popular proporcionando formação, assessoria e incentivos que podem representar um avanço significativo no número de universidades e de profissionais envolvidos com alternativas econômicas populares e solidárias ao capitalismo. Entretanto a não alteração do paradigma da política científica e tecnologia do “inovacionismo” para o “solidarismo” (Dagnino, 2011) e a burocracia imposta à execução dos projetos minam esse esforço, reduzindo sua efetividade e também a política de extensão ao “pé manco” ou mesmo “mutilado” do famoso tripé ensino, pesquisa e extensão.

Alaniz e Novaes (2013) observaram que a atuação do Centro Nacional de Formação em Economia Solidária (CFES) tem frustrado as expectativas criadas com a sua implantação. Esperava-se que o CFES nacional se constituísse em centro de referência na discussão em economia solidária, com potencial teórico e de aprofundamento das experiências de formação e de difusão de metodologias próprias às especificidades desse movimento social. Embora tenha ocorrido uma discussão política voltada às formas de produção e de comercialização, o CFES nacional não avançou na direção do aprofundamento teórico e na sistematização das experiências no sentido de compreensão do movimento, do seu potencial de ação diante dos mecanismos do capital, nas suas estratégias de luta e discussão das tecnologias apropriadas para a formação no trabalho associado, mesmo considerando o estágio incipiente dessas discussões.

A realidade do campo também não permite fazer muitos elogios. Desde o período anterior à ditadura militar no Brasil as cooperativas agrícolas foram utilizadas pelo Estado como instrumentos de modernização capitalista para o meio rural, como apoio à implantação da infraestrutura e às condições sociais para o advento da denominada “revolução verde”. Muitas corporações cooperativas agrícolas cresceram se utilizando da massa de pequenos camponeses como chamariz para obtenção do apoio governamental e depois expulsaram esses mesmos produtores de seu quadro de associados, nos anos 1970 e 1980. Esse processo de acumulação e de expropriação via cooperativas se dá de forma concomitante à expulsão de pequenos camponeses do meio rural pela expansão de áreas controladas por agricultores capitalistas modernizados e já incorporados à dinâmica de alto uso de insumos tecnológicos “modernos” combinado à vinculação com os mercados de produção e de exportação de *commodities*, especialmente soja e carnes no Sul do Brasil (Novaes e Christoffoli, 2014).

Portanto, a origem do atual modelo produtivo do agronegócio, baseado na destruição dos recursos naturais, na redução dos espaços de natureza preservada (matas, rios e aquíferos), no uso abusivo de transgênicos e agrotóxicos tem suas raízes na implantação do cooperativismo como braço do Estado e do capital industrial nos anos da ditadura militar. Essa mesma estrutura de poder, crescida à sombra do regime militar, é agraciada no início do governo Lula, com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com a vasta canasta de recursos dos programas de apoio ao cooperativismo, como o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (DENACOOOP),

com o controle de posições-chave no Mapa e na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e, principalmente, com a abundante disponibilidade de recursos para custeio e investimento agrícolas (Novaes e Christoffoli, 2014). Ou seja, no meio rural e no segmento cooperativista, o governo do PT assume uma suposta aliança com o capital agrário produtor de *commodities* e com o latifúndio mais atrasado, presente nos fundões do país, levando a uma gradual inviabilização da manutenção de quaisquer propostas progressistas na pauta pública (e que se reflete hoje nos retrocessos verificados nas políticas indigenistas, com a Amazônia e contra o desmatamento – retrocessos do novo Código Florestal).

A aliança com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) via nomeação do ministro Roberto Rodrigues para a pasta da agricultura, a liberação quase irrestrita dos transgênicos e o elogio feito por Lula aos usineiros da cana-de-açúcar foram aspectos sintomáticos de uma aliança do governo com a burguesia rural em detrimento das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais. Essa aliança se refletiu também no sepultamento da possibilidade de se criar um novo marco jurídico para as cooperativas populares, por meio da revisão do marco geral do cooperativismo⁸ e de legislações específicas mais avançadas. Com isso houve o isolamento gradual de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), das políticas públicas no governo petista (Pinassi, 2011) que resultou na intocabilidade do modelo de financiamento da oligarquia rural que se utiliza das máquinas públicas, bem como dos cofres abarrotados do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e do SESCOOP, para promover ações que alimentam e financiam a formação da bancada ruralista no Congresso Nacional (Novaes e Christoffoli, 2014).

O MDA, criado como possível contraponto ao Mapa, foi gradualmente esvaziado e se reduz hoje à entrega de retroescavadeiras e a programas marginais como o Arca das Letras. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) se confinou a um programa de financiamento que reproduz um modelo de agricultura predatório e insustentável a longo prazo, levando a agricultura camponesa a um maior endividamento e inviabilização progressiva ou, quando muito, a um papel auxiliar das grandes corporações capitalistas no campo, como é o caso dos camponeses integrados às fumageiras, aos frigoríficos e aos laticínios (Novaes e Christoffoli, 2014).

As políticas de apoio à cooperação agrícola de trabalhadores rurais se esvaziaram a ponto de inviabilizar que experiências inovadoras, como as cooperativas coletivas de assentamentos rurais com alto grau de cooperativização, fossem implementadas e obtivessem sucesso. Paradoxalmente, as principais formas cooperativas nos assentamentos rurais atualmente existentes são originárias de períodos anteriores aos governos petistas. O único avanço sensível nesse campo se deu com a institucionalização de políticas de apoio à comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que se mostraram como ações estruturantes que, simultaneamente, podem contribuir com a redução da fome e da miséria no meio urbano, assim como com a estruturação de atividades econômicas produtivas sustentáveis, em bases associativas no meio rural (Novaes e Christoffoli, 2014).⁹

Imbricado nessa aliança ornitorrica, o governo petista não enfrentou a criminalização dos movimentos sociais pela direita (mídia, Congresso e Judiciário) em uma visão em

8. A atual lei geral das cooperativas no Brasil foi elaborada em 1971, em plena ditadura militar e contém uma série de supostos mecanismos que dificultam a proliferação de um cooperativismo popular sob controle dos trabalhadores.

9. O PNAE se tornou política de cumprimento obrigatório em todas as esferas governamentais, obrigando a destinação de, no mínimo, 30% dos recursos da alimentação escolar para compras de produtos da agricultura familiar e reforma agrária. Já o PAA ainda sofre pela falta de recursos e escasso percentual de assentados da reforma agrária beneficiados (menos de 2% do total de famílias).

certo sentido oportunista, de conter possíveis pressões populares contra a estabilidade do governo. Também abandonou a reforma agrária, adotando uma retórica enganosa de qualificação e de melhoria gradual dos assentamentos já conquistados, já que não se resolveu, em dez anos, sequer a questão do endividamento bancário e nem questões estruturais dos assentamentos, além do vergonhoso sucateamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ou seja, o governo do PT não faz reforma agrária nem de qualidade nem de quantidade e vem crescentemente entregando a formulação de suas políticas para setores latifundiários adésistas, que minam por dentro do governo os tímidos resquícios remanescentes de políticas sociais estruturantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou refletir sobre a política de economia solidária criada nos governos “neodesenvolvimentistas”, principalmente do Brasil. Evidentemente não se conseguiu descrever estas políticas. O intuito era colocar os limites destas diante de governos “neodesenvolvimentistas”.

Se, por um lado, esses governos melhoristas aliviaram as taxas de desemprego, deram melhores oportunidades habitacionais e educacionais, ainda que questionáveis, por outro lado o patamar de exploração do trabalho, de endividamento e de mercantilização dessas sociedades chegaram a níveis estarrecedores.

Para entender o caso brasileiro foi necessário analisar a “posição relativa” da Senaes no governo Lula-Dilma, seu prestígio, apoio e poder político. Procurou-se mostrar a principal contradição da política pública de economia solidária no Brasil: se, em alguma medida ela contribui para o surgimento de práticas embrionárias de desalienação do trabalho (Novaes, 2010) e para o definhamento do Estado, principalmente por meio da cogestão das políticas públicas e dos seus propósitos, por outro lado, no universo das ações como Bolsa Família, Prouni, Minha Casa Minha Vida, PAC, entre outras, ela ajuda a preservar as estruturas de dominação na sociedade brasileira, controladas pelo capital financeiro e fundamentadas na exploração do trabalho. Desta forma, a criação de políticas com potencial emancipatório pela Senaes, pelo MDA e pelo MDS, entre outros, transfigura-se em cooptação e neutralização das lutas sociais. Vale ressaltar que na Argentina algo muito semelhante está acontecendo.

Ao mesmo tempo é preciso reconhecer que as lutas pela autogestão, pela desalienação do trabalho e pela superação do sistema produtor de mercadorias ainda não entraram com força na agenda dos movimentos sociais latino-americanos.

Mesmo com o despontar do MST, principalmente na cidade de São Paulo, de algumas greves paredistas que questionam as burocracias sindicais e de inúmeras formas de descontentamento social no Brasil, ainda não se tem muitos movimentos sociais anticapital suficientemente articulados para lutar pela construção de uma sociedade não mercantilizada e controlada pelos produtores livremente associados. As centrais sindicais vivem uma crise estrutural e não conseguem dar um passo sequer para além do capital e das limitações do seu seguidismo pró-governista.

A esperança pelo florescimento de um novo ciclo de crescimento qualitativo do trabalho associado está na grande indignação social frente ao que está acontecendo na América Latina e no mundo. A turbomercantilização da região, em que tudo se transforma em mercadoria, a jornada de trabalho exaustiva, incluindo o tempo de ida e de volta ao trabalho em um transporte público de péssima qualidade, os alimentos envenenados

produzidos pelo agronegócio e o subemprego juvenil irão estimular novas lutas que poderão colocar em xeque o trabalho alienado e a mercantilização completa da sociedade. Neste cenário, serão distintas as políticas para a criação das condições gerais de produção e de reprodução do trabalho associado. Questões como a superação do trabalho explorado, a produção de moradias não mercantilizadas e com tecnologia apropriada, a saúde não mercantilizada, os alimentos não envenenados, o lazer não alienante, a educação pela e para a autogestão e a devolução do poder aos trabalhadores serão trazidas para o debate.

REFERÊNCIAS

- ALANIZ, Erika; NOVAES, Henrique T. O esgotamento da fase “civilizatória” do capital e a necessidade histórica de uma educação para além do capital: as contradições da formação no CFES nacional. *In*: RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo L. (Orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2013. v. 2.
- ANTUNES, Ricardo. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARANTES, Pedro. **Arquitetura na era digital-financeira**: desenho, canteiro e renda da forma. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- AZZELLINI, Dario. Los movimientos en Venezuela. *In*: RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo L. (Orgs.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.
- BAGATOLLI, Carolina. **Política científica e tecnológica e dinâmica inovativa no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- BENINI, Édi. *et al.* (Orgs.). **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2012. v. 2.
- BOITO JÚNIOR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 9-35, 2003.
- CHESNAIS, François. (Org.) **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CRUZ, Antônio. **A diferença da igualdade**: a dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- DAGNINO, Renato. Ciência, tecnologia e inovação: e agora? **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 nov. 2011. Paineis Tendências/Debates.
- DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique T. As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros. **Revista Org & Demo**, São Paulo, v. 8, p. 60-80, 2007.
- FARIA, Maurício S. **Autogestão, cooperativa, economia solidária**: avatares do trabalho e do capital. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- FIX, Mariana A. B. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- MORAES, Livia C. G. **Pulverização do capital e intensificação do trabalho**: o caso da Embraer. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

NAHOUM, Bejamim. Cuarenta años de autogestión en vivienda popular en Uruguay: el “modelo FUCVAM”. In: PIÑEIRO, Camila (Org.). **Cooperativas y socialismo**. Havana: Editorial Caminos, 2012.

NOVAES, Henrique T. (Org.) **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NOVAES, Henrique T.; CHRISTOFFOLI, Pedro I. As contradições da política de economia solidária nos governos Lula-Dilma. In: MARANÓN, B. (Org.). **Economia solidária na América Latina**. Buenos Aires; México: Clacso-Unam, 2014. v. 3. No prelo.

NOVAES, Henrique T.; LIMA FILHO, Paula A. Uma pedra protossocialista num colar pró-capital financeiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 4., 2007. **Anais...** São Paulo: Nesol-USP, 2007.

NOVAES, Henrique T.; SERAFIM, Milena P.; DAGNINO, Renato. A filosofia da política pública para a promoção do cooperativismo na Argentina (2003-2007): lições preliminares. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 75, 2007.

_____. Sobrevivendo à tempestade: o papel do instituto nacional de tecnologia industrial (Argentina) na assessoria às fábricas recuperadas. **Revista Espacios**, Caracas, v. 30, n. 2, p. 31-45, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

PINASSI, Maria O. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. **Revista Herramienta**, Buenos Aires, n. 46, 2011.

RUGGERI, Andrés. In: BENINI, Édi. *et al.* (Orgs.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. v. 2.

SAMPAIO JR., Plínio de A. **Brasil: as esperanças não vingaram**. Buenos Aires: Osal; Clacso, 2005. a. 6, n. 18. Disponível em: <<http://goo.gl/RJ14qB>>.

SCHWENGBER, Angela. Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho *et al.* (Orgs.) **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. p. 293-296.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIA, Maurício S.; SANCHEZ, Fábio. A economia solidária no governo federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In: BENINI, Édi. *et al.* (Orgs.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2011. v. 1, p. 413-442. Disponível em: <<http://goo.gl/f05eaG>>.

FRAGA, Lais. **Extensão e transferência de conhecimento: as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**. 2012. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NOVAES, Henrique T. **Reatando um fio interrompido: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular; Fapesp, 2012.

NOVAES, Henrique T.; LIMA FILHO, Paula A. A filosofia da política cooperativista na Venezuela de Hugo Chávez: lições preliminares. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 64, set. 2006.

WIRTH, Ioli. **Mulheres na triagem, homens na prensa: questões de gênero em cooperativas de catadores**. São Paulo: Annablume, 2013.